

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



**RELATÓRIO ANUAL DE
AUDITORIA INTERNA**

RAINT • 2021

fevereiro • 2024

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Setor de Autarquias Sul, Quadra 5 - Bloco A
Brasília - DF / CEP: 70297-400
cgu@cgu.gov.br

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

Ministro da Controladoria-Geral da União

VÂNIA LÚCIA RIBEIRO VIEIRA

Secretária-Executiva

CLÁUDIO TORQUATO DA SILVA

Secretário-Executivo Adjunto

RONALD DA SILVA BALBE

Secretário Federal de Controle Interno

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

Corregedor-Geral da União

ANA TÚLIA DE MACEDO

Secretária Nacional de Acesso à Informação

ARIANA FRANCES CARVALHO DE SOUZA

Ouvidora-Geral da União

IZABELA MOREIRA CORREA

Secretária de Integridade Pública

MARCELO PONTES VIANNA

Secretário de Integridade Privada

EQUIPE TÉCNICA:

Ana Leôni Vieira Mota

Andre Luiz Peixoto Romer

Alexandre Ferreira de Macedo

Ralf Araújo Ruas

Tiago Chaves Oliveira

Obra atualizada até fevereiro de 2024

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social • Ascom / CGU

Grafismo da capa baseado em: <https://www.freepik.com>

Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte ou endereço da internet no qual pode ser acessada integralmente em sua versão digital.

Copyright © 2024 Controladoria-Geral da União



CONTEÚDO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PREVISTOS NO PAINT	5
2.1. CARTEIRAS PRIORITÁRIAS.....	5
2.1.1. Avaliações de Políticas Públicas em Temas Prioritários	6
2.1.2. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – CMAP	7
2.1.3. Ações de enfrentamento à pandemia de COVID-19.....	9
2.1.4. Plano Anticorrupção.....	10
2.2. AUDITORIAS DERIVADAS DE OBRIGAÇÃO LEGAL	10
2.2.1. Auditorias Anuais de Contas (AAC).....	10
2.2.2. Auditorias de Financiamento Externo e Cooperação Internacional	11
2.2.3. Atividades de Controladoria e outras atribuições legais.....	12
3. RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E CONCLUÍDAS.....	13
4. BENEFÍCIOS	14
5. CAPACITAÇÕES.....	15
6. FATOS RELEVANTES.....	16
7. PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE – PGMQ	17

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT) da Controladoria-Geral da União (CGU) contempla as informações sobre a execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de Auditoria Interna Governamental (AIG) exercida pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e pelas Controladorias Regionais da União nos Estados durante o exercício 2021.

2. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PREVISTOS NO PAINT

Nesse capítulo será apresentada a posição sobre a execução dos trabalhos (projetos e atividades) de auditoria previstos no PAINT 2021 da SFC, o qual abrange as Unidades da SFC e as Controladorias Regionais da União nos estados.

TRABALHOS PREVISTOS PARA CONCLUSÃO EM 2021	824
TRABALHOS REPLANEJADOS PARA 2022	366
TRABALHOS CANCELADOS	171
TRABALHOS CONCLUÍDOS EM 2021	287
TRABALHOS CONCLUÍDOS EM 2021 NÃO PREVISTOS NO PAINT	208
TOTAL DE TRABALHOS CONCLUÍDOS EM 2021	495

Para o exercício de 2021, estava prevista a conclusão de **824** trabalhos, sendo **598** avaliações, **220** apurações e 6 consultorias. Desse total, **287** (35%) foram concluídos durante a vigência do PAINT, **171** (21%) foram canceladas e **366** (44%) foram replanejados e continuaram a execução em 2022. Além desses, foram executados outros **274** trabalhos previstos para serem concluídos em 2022 e 2023.

Deve-se destacar, contudo, que durante a execução do PAINT, em função de alterações de contextos de riscos e mudanças de prioridades, outros trabalhos de auditoria foram executados. Conseqüentemente, **208** auditorias não previstas no PAINT foram executadas e concluídas no ano, totalizando **495** trabalhos concluídos em 2021.

A seguir serão apresentadas de forma mais detalhada as carteiras de projetos prioritários e as auditorias decorrentes de obrigações legais.

2.1. CARTEIRAS PRIORITÁRIAS

Trata-se do conjunto de projetos que possuem relevância para o Centro de Governo ou para a Sociedade, entre os quais estão os projetos demandados pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), as Ações de Enfrentamento à pandemia de COVID-19, o Plano Anticorrupção e as Avaliações de Políticas Públicas em Temas Prioritários cujos resultados, na visão da CGU, agregam valor à gestão pública e à sociedade em geral.

2.1.1. Avaliações de Políticas Públicas em Temas Prioritários

Essas avaliações são realizadas sobre Políticas Públicas relacionadas a temas de grande relevância ao governo e à sociedade, estabelecidos pelo Colegiado de Diretores da SFC. Para garantir resultados consistentes e abrangentes, os temas são analisados sob diferentes perspectivas e costumam ultrapassar a vigência de um único PAINT.

No PAINT, foram previstas a execução de 17 avaliações, das quais 12 para conclusão em 2021. Ao final do exercício, 6 foram concluídas, inclusive com o adiantamento de uma avaliação prevista para 2022.

QUADRO 1 • TEMAS PRIORIZADOS PELA SFC – PREVISTOS PARA CONCLUSÃO EM 2021

AVALIAÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2021	DATA DE CONCLUSÃO
Desenvolvimento Infantil	Concluído	11/02/2021
Qualidade do Gasto Público	Concluído	03/2021 ¹
Governança de Empresas Estatais	Concluído	05/04/2021
Governança dos Benefícios Financeiros, Creditícios e Tributários	Concluído	06/12/2021
Patrimônio da União Governança Fundiária – Amazônia Legal Cessão de imóveis Destinação Patrimonial com Função Social Arrecadação e Cobrança de Receitas Correntes	Concluído	28/12/2021
Cidades Resilientes	Em andamento	26/07/2022
Segurança Energética	Em andamento	25/08/2022
Gestão Hídrica	Em andamento	16/12/2022
Sustentabilidade do SUS	Em andamento	-
Gestão de Benefícios	Em andamento	-
Gestão Previdenciária	Em andamento	-
Exercício da propriedade estatal pela União	Em andamento	-

Fonte: PAINT 2021, consulta ao e-Aud em 06/03/2023 e Relatórios de Monitoramento de 2021

1. Segundo Relatório Mensal de Monitoramento, publicado em março de 2021, disponível em https://basedeconhecimento.cgu.gov.br/bitstream/1/13398/1/2021_03_Infografico_Relatorio_de_Monitoramento_Contraparte_v2.pdf

Além dos trabalhos acima, também foram executadas em 2021 as seguintes avaliações com previsão de conclusão para o ano de 2022.

QUADRO 2 • TEMAS PRIORIZADOS PELA SFC – PREVISTOS PARA CONCLUSÃO EM 2022

AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2021	DATA DE CONCLUSÃO
Desenvolvimento Científico e Tecnológico Avaliação dos Investimentos em PD&I das empresas beneficiárias da Lei de Informática Avaliação do modelo de financiamento à inovação da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) - Etapa 1 Projetos prioritários do PPA 2020-2023 sob responsabilidade do MCTIC executados pelo CNPEM - SIRIUS e LNNano	Concluído	08/12/2021
Ecosistema da Educação Superior no sistema Federal	Em andamento	-
Eficiência e Modernização na Gestão Pública	Em andamento	-
Gestão de Empresas Estatais	Em andamento	-
Avaliação da Capacidade Institucional para Regulação	Em andamento	-

Fonte: PAINT 2021 e consulta ao e-Aud em 06/03/2023

2.1.2. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – CMAP

Nos últimos anos o [CMAP](#) estabeleceu agendas anuais de avaliações de políticas públicas. A seleção das políticas a serem avaliadas se dá a partir de [critérios objetivos](#) e as avaliações são realizadas conforme os métodos descritos no [Guia Prático de Avaliação ex-Ante](#) e no [Guia prático de Avaliação ex-Post](#), conforme o escopo definido. A CGU apoia a iniciativa realizando algumas das avaliações prioritizadas, de forma a fortalecer as políticas públicas do país. Os prazos para realização dos trabalhos são rígidos e definidos pelo Conselho. No entanto, devido à complexidade das avaliações e à participação de outros órgãos, é possível que a duração das avaliações seja prorrogada, com a aprovação do CMAP, ultrapassando a duração de um PAINT.

Em relação aos trabalhos prioritizados pelo CMAP no Ciclo de 2020, das 12 avaliações previstas, 8 (66,7%) foram concluídas até o final do exercício. Há de destacar, contudo, que as outras 4 avaliações foram finalizadas logo após o término da vigência do PAINT 2021, em janeiro de 2022.

QUADRO 3 • AVALIAÇÕES CMAP – CICLO 2020 – PREVISTAS PARA CONCLUSÃO EM 2021

AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2021	DATA DE CONCLUSÃO
Benefícios Previdenciários Urbanos	Concluída	27/04/2021
Abono Salarial	Concluída	03/05/2021
Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Bolsa Família)	Concluída	05/05/2021
Simples Nacional	Concluída	06/08/2021

AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2021	DATA DE CONCLUSÃO
Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez (BPC e RMV)	Concluída	09/08/2021
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf	Concluída	12/11/2021
Programa Minha Casa Minha Vida	Concluída	29/11/2021
Fundos Constitucionais de Financiamento	Concluída	29/11/2021
Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	Em andamento	19/01/2022
Entidades Filantrópicas (CEBAS)	Em andamento	19/01/2022
Piso de Atenção Básica em Saúde	Em andamento	20/01/2022
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Em andamento	26/01/2022

Fonte: PAINT 2021 e consulta ao e-Aud em 07/03/2023

No ciclo 2021 do CMAP, o PAINT previu a execução de 6 avaliações, sendo 2 com término previsto para 2021 e os outras 4 para término em 2022. Além dessas avaliações, durante o exercício foram incluídas no PAINT outros 2 trabalhos, com término previsto para 2022, conforme detalhado a seguir:

QUADRO 4 • AVALIAÇÕES CMAP – CICLO 2021 – PREVISTAS PARA CONCLUSÃO EM 2021

AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2021	DATA DE CONCLUSÃO
Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)	Em andamento	04/01/2023
Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF)	Em andamento	14/07/2022

Fonte: PAINT 2021 e consulta ao e-Aud em 07/03/2023

QUADRO 5 • AVALIAÇÕES CMAP – CICLO 2021 – INCLUÍDAS NO PAINT 2021

AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2021	DATA DE CONCLUSÃO
Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas (Pró-Residência)	Em andamento	23/01/2023
Empréstimos da União ao BNDES	Em andamento	07/11/2022

Fonte: Consulta ao e-Aud em 07/03/2023

QUADRO 6 • AVALIAÇÕES CMAP – CICLO 2021 – PREVISTAS PARA CONCLUSÃO EM 2022

AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2021	DATA DE CONCLUSÃO
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Em andamento	03/08/2022
Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Concluído	04/01/2023
Imunobiológicos, medicamentos para o HIV/AIDS, ISTs e hepatites virais e insumos para prevenção e controle de outras doenças	Em andamento	23/01/2023
Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social em seus eixos enfrentamento à criminalidade violenta e valorização dos profissionais de segurança pública	Em andamento	23/01/2023

Fonte: PAINT 2021 e consulta ao e-Aud em 07/03/2023

2.1.3. Ações de enfrentamento à pandemia de COVID-19

A SFC adotou ações em função da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Das 3 ações previstas no PAINT 2021, 1 foi concluída e 2 estavam em andamento, ao final de 2021. Contudo, foram iniciadas outras 4 ações não previstas no Plano, conforme detalhamento a seguir.

QUADRO 7 • AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19 PREVISTOS PARA CONCLUSÃO EM 2021

AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2021	DATA DE CONCLUSÃO
Pagamentos do Programa de Manutenção do Emprego e da Renda – BEm 2021	Concluída	30/12/2021
Pagamento do Auxílio Emergencial 2021 – AE 2021	Em andamento	14/03/2022
Fiscalização do Plano Nacional de Vacinação contra COVID-19	Em andamento	-

Fonte: PAINT 2021 e consulta ao e-Aud em 06/03/2023

QUADRO 8 • AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19 NÃO PREVISTOS NO PAINT

AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2021	DATA DE CONCLUSÃO
Análises Preventivas de Contratações	Em andamento	25/01/2022
Painel de Contratações Relacionadas à Covid-19	Em andamento	25/01/2022
Monitoramento da Aplicação de Recursos da Lei Aldir Blanc	Em andamento	20/01/2023
Estudo sobre Registros de Óbitos e Internações	Em andamento	-

Fonte: Consulta ao e-Aud em 06/03/2023

2.1.4. Plano Anticorrupção

O Plano Anticorrupção, elaborado pelo Comitê Interministerial de Combate à Corrupção (CICC), tem o objetivo de estruturar e executar ações para aprimorar, no âmbito do Poder Executivo Federal, os mecanismos de prevenção, detecção e responsabilização por atos de corrupção, avançando no cumprimento e no aperfeiçoamento da legislação anticorrupção e no atendimento a recomendações internacionais.

Segue abaixo, a situação dos projetos, sob responsabilidade da SFC, priorizados pela CGU em 2021:

QUADRO 9 • PLANO ANTICORRUPÇÃO – AÇÕES (DA SFC) PREVISTAS PARA CONCLUSÃO EM 2021

AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2021	DATA DE CONCLUSÃO
Ação CGU 50: Realizar estudo para a proposição do sistema nacional de compras públicas	Concluída	22/12/2021
Ação CGU 48: Novo Sistema Malha Fina FNDE	Em andamento	01/02/2022
Ação CGU 49: Expansão do Sistema Malha Fina de convênios para transferências voluntárias anteriores ao SICONV	Em andamento	04/04/2022

Fonte: PAINT 2021 e consulta ao e-Aud em 30/09/2022

QUADRO 10 • PLANO ANTICORRUPÇÃO – AÇÕES (DA SFC) PREVISTAS PARA CONCLUSÃO EM 2022

AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2021	DATA DE CONCLUSÃO
Ação CGU 47: Desenvolvimento de funcionalidade do Sistema Alice para auxiliar na gestão	Em andamento	-

Fonte: Consulta ao e-Aud em 30/09/2022

2.2. AUDITORIAS DERIVADAS DE OBRIGAÇÃO LEGAL

2.2.1. Auditorias Anuais de Contas (AAC)

Como Órgão Central do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo Federal, a CGU tem como missão constitucional apoiar o controle externo no exercício da sua missão institucional no que se refere ao julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, a qual se materializa com o processo de Auditoria Anual de Contas. Tais auditorias têm por finalidade assegurar que as prestações de contas expressem de forma clara e objetiva a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidades dos atos de gestão subjacentes, em todos os seus aspectos relevantes.

Em 2021, foram realizadas as seguintes auditorias:

QUADRO 11 • AUDITORIAS ANUAIS DE CONTAS

UNIDADE	SITUAÇÃO EM 31/12/2021	DATA DE CONCLUSÃO
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – Avaliação da Dívida Ativa Não Tributária	Concluída	19/02/2021
Banco Central do Brasil	Concluída	26/02/2021
Pessoal e Encargos Sociais	Concluída	12/03/2021
Fundo de Compensação de Variações Salariais	Concluída	31/03/2021
FNAS (55001) - Demais Créditos e Valores a CP	Concluída	31/03/2021
Instituto Nacional do Seguro Social – Avaliação sobre as Obrigações Trabalhistas e Demais Créditos	Concluída	31/03/2021
Fundação Nacional dos Povos Indígenas	Concluída	31/03/2021
Passivos Atuariais	Concluída	31/03/2021
Fundo do Regime Geral de Previdência Social	Concluída	31/03/2021
Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES)	Concluída	31/05/2021
Caixa Econômica Federal	Concluída	31/05/2021
Banco do Brasil	Concluída	31/05/2021
Companhia Docas do Maranhão	Concluída	14/06/2021
Ministério da Cidadania	Concluída	25/06/2021
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Concluída	30/06/2021
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	Concluída	30/06/2021
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	Concluída	09/07/2021
Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS)	Concluída	31/07/2021
Ministério da Saúde	Concluída	30/09/2021

Fonte: PAINT 2021 e consulta ao e-Aud em 03/10/2022

2.2.2. Auditorias de Financiamento Externo e Cooperação Internacional

A CGU tem a responsabilidade de realizar auditorias em projetos financiados, total ou parcialmente, por empréstimos ou doações internacionais ou, ainda, aqueles que envolvam acordos de cooperação técnica internacional. Essa atuação pode se dar em função dos protocolos de entendimentos, termos de referência e cláusulas contratuais firmados com organismos internacionais, entre os quais se destacam o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Em 2021, das **14** auditorias previstas inicialmente, **4** foram canceladas e **1** foi incluída, totalizando **11** Auditorias de Financiamento Externo e Cooperação Internacional concluídas na vigência do PAINT 2021:

QUADRO 12 • AUDITORIAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

AÇÕES	SITUAÇÃO EM 31/12/2021	DATA DE CONCLUSÃO
Auditoria UNESCO 2020 projeto 914BRZ3021	Concluído	01/03/2021
Auditoria OIMT PD 452/07 Ver 5(F)	Concluído	24/03/2021
Auditoria PNUD BRA/10/008	Concluído	07/05/2021
Auditoria BID 3391/OC-BR	Concluído	08/06/2021
Auditoria BID 4672/OC-BR	Concluído	28/06/2021
Auditoria BID ATN/SX 14218-BR	Concluído	25/08/2021
Auditoria KfW BMZ/2003.66.658	Concluído	01/09/2021
Auditoria FIDA 2000000436 e 2000000437	Concluído	10/09/2021
Auditoria KfW BMZ/2011.66.149	Concluído	13/12/2021
Auditoria BIRD TF 19211	Concluído	13/12/2021
Auditoria BIRD 8812-BR e 8813-BR	Concluído	24/12/2021
Auditoria BIRD 9172/BR	Cancelado	-
Auditoria PNUD BRA/13/013	Cancelado	-
Auditoria PNUD BRA/16/G31	Cancelado	-
Auditoria PNUD BRA/11/008	Cancelado	-

Fonte: Consulta ao e-Aud em 04/10/2022

2.2.3. Atividades de Controladoria e outras atribuições legais

As atividades de controladoria e outras atribuições legais da Controladoria-Geral da União (CGU) incluem as ações realizadas por determinação legal e que não se caracterizam como trabalhos de auditoria nem de supervisão técnica.

Durante o exercício de 2022, foi elaborada a Prestação de Contas Anual do Presidente da República (PCPR), realizadas **69.800** análises e elaboradas **48.961** pareceres sobre os atos de pessoal², **4** verificações de consistência dos dados contidos nos Relatórios de Gestão Fiscal e emitidos **69** pareceres acerca da manifestação da Caixa Econômica Federal nos processos de novação de dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

2. Quantidades extraídas do Painel de Atos de Pessoal a partir de informações colhidas dos dados do e-Pessoal do TCU

3. RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E CONCLUÍDAS

RECOMENDAÇÕES EMITIDAS	1.776
RECOMENDAÇÕES CONCLUÍDAS	8.053
ESTOQUE EM MONITORAMENTO AO FINAL DE 2021	12.033

Em 2021 foram emitidas **1.776** recomendações, enquanto **8.053** recomendações foram concluídas. Das concluídas, **3.827 (45%) foram encerradas automaticamente**, em ação institucional de revisão do estoque de recomendações, por terem sido emitidas há mais de 5 anos. A revisão foi proposta [neste relatório gerencial](#) e contribuiu para a diminuição do estoque de recomendações em 35% (6.277 recomendações a menos). Ainda sobre as recomendações concluídas, **2.939 (40%)** foram totalmente implementadas; **830 (10%)** não foram implementadas³; **383 (5%)** foram implementadas parcialmente; e 74 foram consolidadas em outra recomendação.

Destaca-se que, até 21/03/2023, das 3.322 recomendações implementadas em 2021, 855 geraram benefícios, uma efetividade de 25,7%.

3. As recomendações não implementadas referem-se a (a) O gestor não tomou providências, (b) as providências implementadas pelo gestor foram consideradas inadequadas ou (c) o gestor assumiu o risco pela não implementação.

4. BENEFÍCIOS

Benefício é o impacto positivo observado na gestão pública a partir da implementação, pelos gestores públicos, de recomendações emitidas por auditores internos governamentais. Portanto, os benefícios são resultantes do trabalho conjunto da auditoria interna e da gestão. Eles podem ser financeiros ou não-financeiros.

O Benefício Financeiro (BF) é representado monetariamente, enquanto o Benefício Não Financeiro (BNF) é medido por meio do índice de relevância dos benefícios não financeiros (IRBNF). O índice é calculado a partir da soma ponderada dos BNF e a ponderação se dá em função da dimensão⁴ e da repercussão⁵ de cada BNF, conforme detalhado no quadro a seguir:

QUADRO 13 • PESOS DO IRBNF CONFORME DIMENSÃO E REPERCUSSÃO

NÍVEL	DIMENSÃO	REPERCUSSÃO	PESO
4	Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos	Unidade Jurisdicionada	0,00026042
3	Resultado, Missão e Visão	Unidade Jurisdicionada	0,0078125
	Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos	Órgão Superior	
2	Resultado, Missão e Visão	Órgão Superior	0,125
	Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos	Interministerial	
1	Resultado, Missão e Visão	Interministerial	1

Na figura 3, segue demonstrativo do quantitativo de benefícios, do valor dos benefícios financeiros e do índice de benefícios não financeiros auferidos em decorrência da atuação da SFC ao longo do exercício, conforme as disposições da Instrução Normativa nº 10, de 28 de abril de 2020, da CGU:

FIGURA 1 • BENEFÍCIOS AUFERIDOS EM 2021



4. Dimensão: pessoas, infraestrutura e processos internos ou resultado, missão e visão

5. Repercussão: unidade jurisdicionada (departamento auditado), órgão superior (alta administração do órgão auditado) ou interministerial (mais de uma instituição)

5. CAPACITAÇÕES

Em 2021, foram realizadas 31 capacitações internas dos auditores da CGU e de outras UAIG, contando com a participação de 496 servidores internos e 2.219 servidores/empregados externos à CGU. Os temas abordados nessas capacitações foram: Gestão de Riscos, Planejamento Individual de Auditoria Baseado em Riscos, Planejamento Anual da Unidade de Auditoria Interna, Tomada de Contas Especial, Convênios, Planilha de Custos, Relatoria, IA-CM, Regulação, Referencial Técnico da Auditoria Interna Governamental (MOT), Papéis de Trabalho de Auditoria Financeira e Governança Pública. Também foi disponibilizado curso sobre o Processo de Auditoria no e-Aud (na modalidade à distância). Dos inscritos, 48 são servidores da CGU e 265 externos.

Para aprimoramento e desenvolvimento de competências profissionais e visando ao incremento de qualidade dos trabalhos realizados pela CGU, foram contratadas vagas nos seguintes cursos: Aplicações de Estatística e Inteligência Artificial para Auditoria (25); Curso Preparatório pra Certificação CISA (8); Especialização em Análise de Dados em Políticas Públicas – em andamento (30); Ágil para Auditoria Interna (7); 41º Conbrai (75); Mestrado Profissional em Administração Pública (27) – em andamento; CLAD 2021 – Congresso Internacional sobre Reforma do Estado e Administração Pública (2); Técnicas Ágeis de Facilitação (6); Conferência Internacional do IIA 2021 (2) e Conferência Anual do KDD (4).

6. FATOS RELEVANTES

Dentre os fatores significativos externos que impactaram a gestão em 2021 afetando a capacidade da CGU gerar valor, citam-se: a pandemia gerada pelo coronavírus, o cenário de restrição fiscal brasileiro e a pressão por inovação no âmbito do setor público. Os dois primeiros podem ser entendidos como ameaças às estratégias de atuação da CGU, enquanto o terceiro pode ser captado como oportunidade.

Em 2021, o coronavírus continuou impondo um desafio global para todos os governos. No âmbito da SFC, foram adotadas medidas com vistas à prevenção, detecção e correção de má aplicação dos recursos destinados à COVID-19, destacando-se entre elas: a) Análises Preventivas de Contratações; b) Monitoramento da Aplicação de Recursos da Lei Aldir Blanc; c) Acompanhamento do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação (PNO); d) Estudo sobre Registros de Óbitos e Internações; e) Pagamento do Auxílio Emergencial e do Programa de Manutenção do Emprego e da Renda; f) Monitoramento dos Guias de Riscos de contratações relacionadas à COVID-19; e g) Construção do Painel Gerencial “Contratações Relacionadas à Covid-19”. Essas medidas vão ao encontro do esforço que vem sendo feito pelos órgãos e instituições do governo federal para a adoção de soluções que minimizem os efeitos da pandemia em nosso país.

Em relação ao cenário de restrição fiscal brasileiro, a CGU tem atuado em várias frentes: a) aprimoramento da política de governança da Administração Pública Federal, ao integrar, com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério da Economia, o Comitê Interministerial de Governança – CIG, criado pelo Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, com o fito de assessorar o Presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal; b) avaliação de políticas públicas priorizadas pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), com destaque para atuações sobre a governança de subsídios (estratégia, coordenação, transparência e prestação de contas).

Por fim, a CGU tem buscado incorporar a inovação em suas atuações relacionadas à auditoria interna governamental, com utilização de boas práticas nos processos de compras públicas (recomendação para implantação de Marketplace), bem como pelo uso da Tecnologia da Informação no âmbito das auditorias (Expansão do Malha Fina de Convênios) e o uso do robô Alice (Analisador de Licitações e Contratos).

7. PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE – PGMQ

A Controladoria-Geral da União instituiu, por meio da Portaria SFC nº 896, de 12 de maio de 2016, alterada pela Portaria nº 363, de 14/02/2020, o Programa de Avaliação e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna da CGU (PRO-Qualidade), que tem como objetivo avaliar a qualidade, produzir informações gerenciais e promover ações que visem à melhoria contínua dos processos de trabalho e dos produtos decorrentes das auditorias realizadas pelas diretorias, coordenações-gerais, coordenações e controladorias regionais da CGU nos estados.

O exercício de 2021 demonstrou avanços significativos no trabalho que vem sendo realizado pela CGU, em decorrência da instituição de normativos alinhados às normas internacionais, da implantação do e-Aud e de capacitações regulares que vem sendo oferecidas nos últimos anos. O resultado pode ser observado na avaliação periódica, na pesquisa com gestores da alta administração e na autoavaliação IA-CM.

A avaliação periódica dos trabalhos de auditoria (serviço de avaliação), baseada em amostra probabilística, demonstrou avanços na qualidade dos trabalhos quando comparada ao ano anterior, com a média geral variando de 2,2 para 2,8, numa escala de 1 a 4.

Corroborando os avanços obtidos, a pesquisa realizada com gestores da alta administração resultou no “Índice de percepção dos Gestores da alta administração quanto ao valor agregado pela atividade de auditoria interna realizada pela CGU” de 71,43%, representando aprovação, por parte da maioria dos gestores consultados, quanto à atuação da CGU.

Ademais, os resultados da autoavaliação da CGU como unidade de auditoria interna, baseada no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), do Instituto dos Auditores Internos (IIA), demonstrou que a atividade de auditoria interna desempenhada pela CGU posiciona-se atualmente no Nível 2, considerando-se os 5 níveis existentes.

Entre as iniciativas implementadas que culminaram nos resultados alcançados em 2021, destacam-se as seguintes:

- Estruturação do processo de trabalho de auditoria interna no sistema de auditoria e-Aud;
- Edição e aplicação da “Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos”;
- Realização de diversas ações de capacitação sobre temas como gestão de riscos, planejamento anual e planejamento individual de auditoria baseado em riscos, documentação de auditoria etc.;
- Realização de serviços de consultoria;
- Estruturação e implementação da gestão de competências;
- Estabelecimento de metas; e
- Estruturação de sistema de informações gerenciais sobre as atividades de capacitações e de desenvolvimento profissional individual realizadas pelo quadro de auditores.

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

